

REVISTA DA



AMPERJ

ASSOCIAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

maio | junho | julho de 2026
nº 43 | ano 14

União renovada

Chapa do presidente Cláudio Henrique Viana vence eleição da Amperj com 783 votos



Caso Henry Borel

A atuação do Ministério Público do Rio no Tribunal do Júri

38º Concurso

Veja quem é quem na nova turma de promotores de Justiça do MP RJ

Renovação

Saiba mais sobre os novos diretores Social e de Esportes da Amperj



| CRÉDITO IMOBILIÁRIO

Seu patrimônio merece evoluir com você.



Taxa competitiva a partir de 9,90% a.a + TR



Condições especiais para Membros



Segurança e confiança que só o Sicoob tem



ENTRE EM CONTATO COM SEU GERENTE.

*Operação sujeita à análise e aprovação de crédito.

Taxa a partir de
9,90%
a.a + TR

SICOOB
Coomperj

CARTÕES BLACK SICOOB

EXPERIÊNCIAS QUE TE LEVAM MAIS LONGE.

Zenith e Black Merit.

Os cartões Black do Sicoob feitos para quem escolhe o melhor todos os dias.



MEIA-ENTRADA NO CINEMA

Desconto de **50%** na Pipoca Mega + Refri 700ml*

Exclusivo nos cinemas Kinoplex e Cineart.

ZENITH

4 PONTOS POR DÓLAR em todas as compras

SALAS VIP ILIMITADAS para você + 2 convidados

SPREAD ZERO em compras internacionais

ATÉ 55% MAIS ECONÔMICO na anuidade*

BLACK MERIT

2,5 PONTOS POR DÓLAR em todas as compras

SPREAD ZERO em compras internacionais

12 ACESSOS GRATUITOS a salas VIP em aeroportos

ESCANEIE O QR-CODE

e conheça todos os benefícios dos cartões Black Sicoob.



SICOOB
Coomperj

*Consulte termos e condições. ***Mediante a análise de crédito. ****Até 55% mais econômico na anuidade comparada aos cartões de crédito de outros bancos.



sicoob.com.br/web/sicoobcoomperj



(21) 98566 - 3052



@sicoobcoomperj

COLEGAS,

Recentemente, nossa carreira tem enfrentado uma série de desafios, sobretudo no âmbito de sua estrutura remuneratória, impactada por uma decisão de março do Supremo Tribunal Federal (STF) que impôs barreiras ao pagamento de verbas indenizatórias aos membros do Ministério Público e da magistratura. Ao longo desse período, a Amperj, sempre alinhada com a Conamp, a Frentas e outras entidades associativas, atuou intensamente em defesa dos direitos e prerrogativas de seus associados.

A preservação das garantias da classe, formada por profissionais fundamentais para a democracia brasileira, foi tema de inúmeras reuniões com parlamentares, membros do Judiciário e muitos outros agentes do debate público, no Rio e em Brasília. A atuação foi técnica e competente. Apresentamos fundamentos jurídicos, dialogamos com as instituições envolvidas e participamos da redação dos embargos de declaração opostos à decisão do STF, julgados no final de junho.

A Corte Suprema acolheu parcialmente os embargos da Procuradoria-Geral da República, construídos com valiosa contribuição da Conamp e da Amperj. Entre os avanços alcançados estão a possibilidade de conversão em pecúnia de férias, plantões e licenças não usufruídas por necessidade do serviço, além da implantação imediata da PVTAC nos termos definidos pelo STF. Esse resultado, fruto de um trabalho associativo nacional, preservou direitos consolidados dos membros do Ministério Público e dos colegas da Magistratura, instituindo um ambiente de maior segurança jurídica para a implementação da decisão.

A atuação da Amperj, todavia, não se encerra com o julgamento dos embargos. Seguiremos acompanhando de perto as discussões nos grupos de trabalho do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), destinados à elaboração de resolução conjunta que regulamentará as matérias decorrentes do julgamento dos embargos. Defendemos a uniformização nacional dos entendimentos e a correta aplicação das teses fixadas pelo STF, sempre com o objetivo de evitar interpretações divergentes e assegurar tratamento isonômico a todos os membros do Ministério Público. A palavra de ordem é vigilância, uma qualidade que orienta a atuação da Amperj há 80 anos.

Aproveito para agradecer a confiança dos colegas, que reelegeram com expressivos 783 votos a Chapa União para comandar a Amperj no biênio 2027-2028. Recebo esse apoio com profundo senso de responsabilidade e ânimo renovado. A diretoria eleita continuará trabalhando incansavelmente pela valorização da carreira e pelo fortalecimento do Ministério Público do Rio de Janeiro. Nos próximos dois anos, vamos juntos enfrentar os desafios com a certeza de que, com união e respeito, podemos superar qualquer adversidade. ■

**“A palavra de ordem
é vigilância, uma
qualidade que orienta
a atuação da Amperj
há 80 anos.”**



**Cláudio Henrique
da Cruz Viana**
Presidente da Amperj



Eleição da Amperj, que definiu a Diretoria e os Conselhos Consultivo e Fiscal para o biênio 2026-2027, reuniu associados na sede

Caro leitor,

A 43ª Revista da Amperj traz na capa um tema sempre importante para os associados: as eleições para a Diretoria e os Conselhos Consultivo e Fiscal.

Em 1º de junho, os procuradores e promotores de Justiça filiados à Associação foram às urnas para eleger o grupo de colegas que defenderá, no biênio 2027-2028, seus direitos e prerrogativas funcionais. A matéria de capa da revista (pág. 10-11) conta como foi o pleito, que reelegeu a Chapa União, liderada pelo presidente Cláudio Henrique Viana. Conheça melhor os novos diretores Social, Adriana Araujo Porto, e de Esportes, Leandro Viegas, em seus perfis (pág. 12).

É a diretoria eleita que leva as reivindicações da classe aos mais diversos níveis do debate público institucional — inclusive ao Supremo Tribunal Federal. A revista aborda a atuação da Amperj e de outras associações jurídicas diante da tese do STF que impactou o regime remuneratório do Ministério Público (pág. 18-19). O texto também faz uma cronologia da matéria, da tese original ao julgamento dos embargos.

A revista evoca ainda um espírito de renovação, com uma reportagem sobre as perspectivas da gestão da nova corregedora-geral do MPRJ, Viviane Tavares Henriques (pág. 13), e uma página dupla especial com informações e hobbies dos promotores do 38º Concurso, que tomaram posse em fevereiro deste ano (pág. 14-15).

Dois textos especiais concluem a edição: além de uma viagem pela tradição vinicultora da Áustria e da Hungria (pág. 21), com Carlos Bernardo Alves Aarão Reis, a revista publica um artigo especial do diretor financeiro e vice-presidente eleito da Amperj, Felipe Ribeiro (pág. 20).

Boa leitura!

DANIEL SCHULZE E RAPHAEL GOMIDE

Diretoria Executiva

- PRESIDENTE**
Cláudio Henrique da Cruz Viana
- VICE-PRESIDENTE**
Dennis Aceti Brasil Ferreira
- SECRETÁRIO-GERAL**
Guilherme Mattos de Schueler
- DIRETOR FINANCEIRO**
Felipe Barbosa
Freitas Ribeiro
- DIRETOR CULTURAL**
Rogério Pacheco Alves
- DIRETORA SOCIAL**
Allana Alves Costa Poubel
- DIRETOR DE DEFESA DE DIREITOS E PRERROGATIVAS FUNCIONAIS**
Bruno de Sá Barcelos Cavaco
- DIRETORA ASSISTENCIAL E DE ASSUNTOS RELATIVOS A APOSENTADOS E PENSIONISTAS**
Luiza Thereza Baptista de Mattos
- DIRETORA DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS**
Renata Mendes
Somesom Tauk
- DIRETOR DE ESPORTES**
Heleno Ribeiro
Pereira Nunes Filho



REVISTA DA AMPERJ

PRODUÇÃO Corcovado
Comunicação Estratégica

EDITOR Raphael Gomide

EDITOR-ADJUNTO Daniel Schulze

REDAÇÃO Daniel Schulze, João Marcos Figueiredo, Mariana Reduzino e Pedro Salomão

PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO E DESIGN
Andréa Miranda

CONTATO amperj@amperj.org

IMPRESSÃO Gráfica Mec

TIRAGEM 1.500

Sumário

maio | junho | julho de 2026
nº 43 | ano 14



Mensagem do Presidente	3
Carta do Editor	4
Em Foco	6
Destaques da Amperj	8
Mais dois anos: Chapa União reeleita	10
Sob nova direção: conheça Adriana Porto e Leandro Viegas	12
A nova chefe da Corregedoria-Geral do MPRJ	13
Quem são os promotores do 38º Concurso?	14
Tribunal do Júri: a atuação do MP no Caso Henry Borel	16
A decisão do STF sobre a política remuneratória da carreira	18
Opinião	20
Vinho	21
Prateleira	22



Sessão Solene de Recepção dos promovidos ao cargo de Procurador de Justiça

MPRJ

Recepção institucional

Dez novos procuradores de Justiça foram homenageados em uma sessão solene na sede do MPRJ, em julho. Eles chegam à segunda instância da carreira após décadas de dedicação



Destaques da Amperj

Confira alguns destaques da Associação no último trimestre

por
PEDRO SALOMÃO

GT Rosa Carneiro reflete sobre diversidade e o futuro do MP

O Grupo de Trabalho Procuradora de Justiça Rosa Carneiro recebeu a professora e pesquisadora Ludmila Ribeiro (UFMG) para analisar dados inéditos sobre o perfil dos membros do Ministério Público brasileiro. Com mais de 30 associados e coordenado pela procuradora de Justiça Eliane Pereira, o encontro refletiu sobre diversidade, direitos humanos e os desafios da instituição nos últimos dez anos, observando as características do corpo funcional. Baseada em estudos nacionais, a reunião constatou avanços na representatividade, especialmente com o crescimento da participação feminina na carreira.



Nome do GT é homenagem à procuradora Rosa Carneiro, falecida em 2021



A apresentadora Heloisa Carpena com Flávia Lira, do Procon

‘Amperj Convida’ movimentava Palácio Guanabara com debates

O podcast da Associação voltou a ser gravado no Palácio Guanabara, nas instalações da Rádio Roquette-Pinto. Os episódios reuniram personalidades do mundo jurídico para abordar temas como inovação, tecnologia, segurança pública e democracia. Uma importante iniciativa de comunicação institucional da Amperj, o programa apresentado pela procuradora aposentada Heloisa Carpena aproxima especialistas, membros do Ministério Público e a sociedade por meio de conversas acessíveis e qualificadas.



Elenco da equipe Força Livre da Amperj; grupo formado pelos atletas mais jovens da delegação conquistou um bronze

Futebol mantém tradição de medalhas no Conampão

A equipe da Amperj confirmou sua tradição no Torneio Nacional de Futebol Society do Ministério Público, conquistando três medalhas de bronze — nas categorias Força Livre, Sênior e Super Sênior — em 2026. No Espírito Santo, a Associação teve a maior delegação de todos os tempos, com 55 atletas. A campanha reforçou o orgulho de representar a Amperj dentro e fora dos gramados.



Artigo de Felipe Ribeiro refletiu sobre democracia, STF e equilíbrio entre os Poderes

Lançamento do livro de Bruno Cavaco reúne mais de 150 pessoas

O diretor de Defesa de Direitos e Prerrogativas Funcionais da Amperj, Bruno Cavaco, lançou, em maio, “Devido Processo Legal e Consequencialismo: Uma análise empírica a partir da experiência das cortes brasileiras”. Publicado pela Editora Juspodivm, o livro analisa fundamentos jurídicos e impactos concretos de decisões judiciais. O lançamento levou mais de 150 pessoas — entre associados, operadores do Direito e convidados do autor — à sede da Amperj.



Promotor autografa um livro durante lançamento na Amperj

Márcio Almeida é homenageado pela Câmara Municipal

O promotor de Justiça Márcio Almeida Ribeiro foi agraciado, em junho, com a Medalha São Francisco de Assis. A honraria foi concedida pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro em reconhecimento à sua atuação no MPRJ. “Com muito orgulho e amor ao Ministério Público, a instituição que escolhi para servir à população, posso contribuir para a transformação da sociedade e por um mundo melhor”, disse Márcio após a homenagem.



A homenagem ao promotor foi proposta pelo vereador Luiz Ramos Filho (PSD)

Felipe Ribeiro leva debate constitucional ao JOTA

O diretor financeiro da Amperj, Felipe Ribeiro, ampliou o debate sobre os limites da atuação do Poder Judiciário no artigo “E se a democracia se tornar um penduricalho?”, publicado no JOTA. No texto, ele analisa os impactos da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o sistema remuneratório das carreiras jurídicas e propõe uma reflexão sobre a preservação dos princípios constitucionais e do equilíbrio entre Poderes, reforçando a contribuição de seus membros para o pensamento jurídico nacional.

Chapa União é reeleita na Amperj com 783 votos

Em pleito de chapa única, presidente Cláudio Henrique Viana recebe 90% dos votos válidos e é reeleito para seu quarto biênio no comando da Associação

A Chapa União, liderada pelo presidente da Amperj, Cláudio Henrique Viana, foi reeleita com 783 votos em 1º de junho para o biênio 2027-2028. A contagem eletrônica dos votos, projetada em um telão para a conferência dos presentes, confirmou a vitória às 17h01, e uma salva de palmas ressoou no auditório da sede associativa, no Centro do Rio.

O pleito foi disputado em chapa única. A expressiva participação demonstrou a confiança da classe no grupo que conduz a Amperj desde 2021. Para o presidente Cláudio Henrique Viana, a união dos procuradores e promotores de Justiça em torno do movimento associativo é especialmente importante em um cenário desafiador para a instituição.

“Vivemos um momento de grandes desafios para o Ministério Público brasileiro, especialmente diante dos debates que envolvem o sistema remuneratório da carreira e a preservação das garantias institucionais indispensáveis ao exercício de nossas atribuições. A Amperj seguirá atuando de forma firme, técnica e incansável, em alinhamento com a Conamp, em defesa dos direitos e das prerrogativas dos membros do MPRJ”, afirmou.

Troca de cadeiras

A diretoria reeleita tem algumas mudanças em relação à atual composição: dois novos integrantes chegam ao grupo, enquanto três atuais diretores trocam de função. A partir de janeiro de 2027, a Amperj terá um novo vice-presidente: Felipe Ribeiro, que ocupa a Diretoria Financeira há seis anos.



Reeleição demonstrou confiança da classe no trabalho da Chapa União

“A reeleição da Chapa União significa a unidade do MPRJ”

ANTÔNIO CARLOS BISCAIA, ex-PGJ e ex-presidente da Amperj

por
MARIANA REDUZINO

Ele passará o cargo à atual diretora social, Allana Poubel. Hoje vice, Dennis Aceti, assumirá a Diretoria de Assuntos Legislativos. Os “calouros” Adriana Porto e Leandro Viegas (veja seus perfis na próxima página) cuidarão das atividades sociais e esportivas, respectivamente.

“Os próximos dois anos serão de muito trabalho. A diretoria eleita certamente saberá, com moderação, diálogo e competência, atuar em prol do fortalecimento da carreira, demonstrando a importância do movimento associativo em nível estadual e nacional. Como vice-presidente, espero contribuir ainda mais com nossos colegas”, destacou o novo vice.

A eleição também definiu a composição dos Conselhos Consultivo e Fiscal, responsáveis por auxiliar a diretoria e fiscalizar a gestão financeira da Amperj. Com 544 votos, Vinícius Winter de Souza Lima será o presidente do Conselho Fiscal. A mais votada do Consultivo foi Inês da Matta Andreiuolo, com 491 votos.

Presenças ilustres

A eleição foi acompanhada por personalidades da Amperj e do MPRJ, como os ex-procuradores-gerais de Justiça e ex-presidentes da Associação Antônio Carlos Biscaia e Eduardo Gussem. A presidente do Ceprojus, Fátima Melo, e o procurador de Justiça aposentado Norton Esteves Pereira de Mattos — associado mais longo da entidade, aos 100 anos de idade — também compareceram.

“A reeleição da Chapa União significa a unidade do Ministério Público do Rio e demonstra os sucessos alcançados pela diretoria presidida pelo colega Cláudio”, afirmou Biscaia.

A nova diretoria toma posse em 1º de janeiro de 2027. ■

Conheça a nova diretoria

PRESIDENTE:
Cláudio Henrique da Cruz Viana
VICE-PRESIDENTE:
Felipe Barbosa Freitas Ribeiro
SECRETÁRIO-GERAL:
Guilherme Mattos de Schueler
DIRETORA FINANCEIRA:
Allana Alves Costa Poubel
DIRETOR CULTURAL:
Rogério Pacheco Alves
DIRETORA SOCIAL:
Adriana Araujo Porto
DIRETOR DE DEFESA DE DIREITOS E PRERROGATIVAS FUNCIONAIS:
Bruno de Sá Barcelos Cavaco
DIRETORA ASSISTENCIAL E DE ASSUNTOS RELATIVOS A APOSENTADOS E PENSIONISTAS:
Luiza Thereza Baptista de Mattos
DIRETOR DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS:
Dennis Aceti Brasil Ferreira
DIRETOR DE ESPORTES:
Leandro Soares Viegas

Conselho Consultivo

Inês da Matta Andreiuolo
Tatiana Costa Torres
Heloísa Maria Daltro Leite
Leonardo Yukio Dutra dos Santos Kataoka
Karine Susan Oliveira Gomes
Renata Mello Chagas
Alexandra Paiva D’Ávila Melo
Luiz Sérgio Wigderowitz
Taisa Magro Ostini

Conselho Fiscal

Vinícius Winter de Souza Lima (presidente)
Adolfo Borges Filho
Fabiano Gonçalves Cossermelli Oliveira
Roberta Rosa Ribeiro
Renan Chagas Reis
Caio Senise Amorim Nunes da Silva

As faces da renovação na Amperj

Conheça os novos diretores Social e de Esportes da Associação

por
DANIEL SCHULZE

Representante da Amperj no CRAAI de Barra do Piraí, a promotora de Justiça Adriana Porto trabalha longe do burburinho da região metropolitana, mas faz questão de estar sempre presente nas confraternizações da Associação. Titular da Promotoria Cível e do Idoso em Valença, ela também organiza encontros regulares dos colegas de sua área, que muitas vezes se distanciam do movimento associativo por questões geográficas.

Eleita para a Diretoria Social no biênio 2027-2028, Adriana quer usar essa experiência para encurtar distâncias, ampliar a integração entre os membros da carreira e fortalecer o sentimento de pertencimento à Associação. “Quero trabalhar por uma Amperj cada vez mais unida, participativa e comprometida com seus associados.”

Apaixonada pela natureza, a nova diretora gosta de praticar esportes, como cavalgadas, corridas de trilha e bicicleta, e conhecer novos lugares — uma de suas propostas é promover mais eventos fora do ambiente institucional. Para Adriana, a convivência fortalece a atuação profissional. “Essas atividades me ajudam a desestressar e a desenvolver melhor o trabalho”, ressalta a promotora. Adriana Porto assume a Diretoria Social no lugar de Allana Poubel.

O esporte também tem natureza social e vai muito além da competição. Uma das metas do novo diretor esportivo da Amperj, Leandro



1. Leandro em ação no Conampão 2026 pela Amperj;
2. Adriana posa após conquistar uma copa de marcha com seu cavalo, em Valença (RJ)

Viegas, é justamente promover mais integração. Para ele, que substitui Heleno Nunes, a prática de exercícios pode servir como uma ponte entre os associados.

Apaixonado por futebol desde criança, Leandro é atleta da equipe Força Livre da Amperj, medalha de bronze nos Jogos Nacionais em junho, no Espírito Santo. Ele pretende realizar uma pesquisa para apurar quais são os esportes favoritos dos associados, com o objetivo de mapear as modalidades de maior interesse entre os membros. Basquete e futevôlei estão entre as opções mais lembradas em consultas informais. Atualmente, a Associação já promove eventos regulares de corrida, futebol, tênis e beach tennis.

A maior expectativa de Leandro à frente da pasta é trazer mais pessoas para a vida esportiva da Associação — ainda que seja apenas para bater um papo com os colegas. “Mesmo quem não pratica exercícios físicos gosta de estar em um ambiente de esportes descontraído, convivendo e participando”, conclui o promotor. ■



Procuradora Viviane Tavares Henriques vai chefiar a Corregedoria até 2028

“Minha expectativa é fazer nascer ou renascer o brilho no olhar dos colegas”

Nova corregedora aposta em diálogo para fortalecer a atuação do MPRJ

Sucessora de Ricardo Martins, Viviane Tavares Henriques defende orientação, valorização dos membros e aproximação com a sociedade

por
PEDRO SALOMÃO

A Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro está sob nova direção. Empossada em junho, Viviane Tavares Henriques assumiu o cargo com um propósito que vai além da fiscalização: aproximar os procuradores e promotores de Justiça do órgão e da sociedade. Para isso, defende uma gestão aberta ao diálogo e comprometida com a valorização dos membros do MPRJ.

Uma de suas principais propostas para fortalecer a atuação ministerial é incentivar e reconhecer boas práticas institucionais, ampliando experiências bem-sucedidas que sirvam de referência para promotores de todo o estado — e até inspirem iniciativas em outras unidades. “A Corregedoria-Geral vai elogiar e

tornar públicas as boas práticas e as inovações de promotores e procuradores”, afirma.

Para Viviane, um Ministério Público forte — para si e para a população fluminense — passa, necessariamente, por uma Corregedoria cada vez mais próxima dos membros. Em sua gestão, ela pretende fomentar o intercâmbio de conhecimentos e experiências entre os membros. A ideia é consolidar um ambiente coletivo onde soluções inovadoras circulem e se aperfeiçoem, gerando impacto dentro e fora da instituição.

Mais que fiscalizar, a corregedora pretende desempenhar um papel de orientação e apoio, para que cada promotoria faça a diferença com mais eficácia em suas comunidades. “Essa atuação orientadora é importante para que os colegas desenvolvam um trabalho de excelência, capaz de transformar as vidas de quem mais precisa do Ministério Público”, explica Viviane. Para ela, os resultados devem caminhar lado a lado com um atendimento sensível à população. “É preciso ter resiliência e empatia com as pessoas a quem servimos.”

Ela pretende trazer à tona a melhor versão de cada procurador e promotor, para que a sociedade se beneficie ainda mais do trabalho do MPRJ. “Minha expectativa na Corregedoria é fazer nascer ou renascer o brilho no olhar dos colegas com relação à instituição e à sua importância”, conclui Viviane. ■

Uma nova geração de promotores de Justiça

Conheça os integrantes do 38º Concurso do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

por
MARIANA REDUZINO

1 **JOÃO DAMASCENO LOPES NETO**
📍 Rio de Janeiro (RJ)
📅 19/6/1999
🎓 PUC-SP
💼 Advogado
❤️ Leitura

2 **RODRIGO VIEIRA CASQUILHO FARIAS**
📍 Rio de Janeiro (RJ)
📅 21/2/1993
🎓 UERJ
💼 Procurador do Município de São Paulo
❤️ Leitura, automobilismo, carros e xadrez

3 **BERNARD GANDELMAN**
📍 Rio de Janeiro (RJ)
📅 23/10/1989
🎓 UFRJ/UERJ
💼 Assessor Jurídico do MPF
❤️ Leitura, música, guitarra, e passear com filhos e esposa

4 **PEDRO ANTONIO SILVA DE MIRANDA**
📍 Belford Roxo (RJ)
📅 22/2/1995
🎓 Uniabeu
💼 Secretário de Juiz no TJRJ
❤️ Videogames e filmes

5 **RAMON BRITO PEREIRA**
📍 Juiz de Fora (MG)
📅 3/9/1988
🎓 Universo (Juiz de Fora)
💼 Perito Papiloscopista de Polícia Civil
❤️ Musculação

6 **RAFAEL BARROSO DE ANDRADE**
📍 Rio de Janeiro (RJ)
📅 22/1/1990
🎓 UERJ
💼 Procurador do Estado de São Paulo
❤️ Trekking e fotografia

7 **VICTOR SANT'ANA MARQUES**
📍 Rio de Janeiro (RJ)
📅 16/12/1991
🎓 UFF
💼 Promotor de Justiça em Minas Gerais (MPMG)
❤️ Praticar esportes

8 **LUCAS BASTOS DA SILVA**
📍 Itaperuna (RJ)
📅 24/3/1989
🎓 Unig (Itaperuna)
💼 Técnico do INSS e advogado
❤️ Viajar com a esposa e filhos

9 **FELIPE DELIZA ROSENTHAL**
📍 Rio de Janeiro (RJ)
📅 18/10/1996
🎓 Fundação Getúlio Vargas (FGV)
💼 Delegado de Polícia Civil
❤️ Viagens e filmes

10 **LETICIA DOS SANTOS VIEIRA**
📍 Rio de Janeiro (RJ)
📅 5/7/1996
🎓 PUC-Rio
💼 Delegada de Polícia Civil
❤️ Leitura

11 **VIVIAN DOIMO MARQUES DE SOUZA**
📍 Rio de Janeiro (RJ)
📅 11/3/1993
🎓 UFRJ
💼 Analista Judiciária da Justiça Federal (TRF)
❤️ Leitura, piano, filmes e séries

14 **GABRIELA FERREIRA POLONIA**
📍 Rio de Janeiro (RJ)
📅 7/11/1997
🎓 UERJ
💼 Residente Jurídica do MPRJ
❤️ Leitura e torcer para o Vasco da Gama

15 **MARIA PAULA COUTINHO BICHARA**
📍 Barra do Pirai (RJ)
📅 13/2/1996
🎓 Centro Universitário de Barra Mansa
💼 Assessora Jurídica no MPRJ
❤️ Leitura

16 **MARINA DA MOTTA PAIVA PETRUCCIO URAGO**
📍 Rio de Janeiro (RJ)
📅 15/11/1982
🎓 UFRJ
💼 Analista Processual do MPRJ
❤️ Leitura, dança e xadrez

17 **LARISSA VOLLARO ALVES FARIA**
📍 Rio de Janeiro (RJ)
📅 11/1/1994
🎓 UERJ
💼 Advogada e ex-Assessora Jurídica do MPRJ
❤️ Leitura, cerâmica, Carnaval, samba e praia

18 **LUÍSA MENDES LOUZADA**
📍 Rio de Janeiro (RJ)
📅 26/5/1997
🎓 UFRJ
💼 Advogada
❤️ Leitura, cinema e yoga

19 **NATÁLIA DUARTE SERRA BAIÃO**
📍 Rio de Janeiro (RJ)
📅 27/6/1996
🎓 Estácio de Sá
💼 Assessora Jurídica do MPRJ
❤️ Leitura, viagens e esportes

12 **ANYELLE BEZERRA REIS QUINTÃO**
📍 Bacabal (MA)
📅 22/3/1996
🎓 Faculdade Santo Antônio de Pádua
💼 Assessora Jurídica do MPRJ
❤️ Viagens, leitura e artesanato

13 **LEONARDO DE LOURENÇO MÁXIMO**
📍 Ourinhos (SP)
📅 5/8/1990
🎓 Estácio de Sá
💼 Analista Jurídico do MPSP
❤️ Viagens e música

20 **ISABELA DUARTE DE OLIVEIRA**
📍 Belo Horizonte (MG)
📅 10/8/1993
🎓 UFMG
💼 Advogada
❤️ Viagens



Os bastidores do júri do caso Henry Borel

Fábio Vieira, Audrey Castro e Letícia Vieira representaram o MPRJ; julgamento foi um dos mais longos da história recente do Tribunal do Júri do Rio

por
MARIANA REDUZINO

Ao longo de 11 dias, o Ministério Público do Rio de Janeiro — representado pelos promotores de Justiça Fábio Vieira, titular do 2º Tribunal do Júri da Capital, Audrey Castro e Letícia Vieira — apresentou provas e participou de oitivas de um dos processos criminais que mais mobilizaram a atenção da sociedade fluminense nos últimos anos: a morte de Henry Borel, de 4 anos, com marcas de espancamento, em março de 2021. Os acusados foram o padrasto, o ex-ve-reador Jairo Souza Santos, e a mãe, Monique Medeiros.

Para Fábio Vieira, o caso extrapolou sua repercussão midiática e colocou em evidência princípios fundamentais da atuação ministerial. “Desde o início sabíamos que seria um júri complicado. A morte de uma criança é sempre algo muito pesado, e o envolvimento da mãe e de um político nessa morte torna tudo muito mais difícil. Esses ingredientes somados já dão caldo muito grosso”, afirmou.

Membro do MPRJ desde 2000, Vieira atua há mais de duas décadas na área criminal. Diante da dimensão do caso, contou com o apoio das promotoras Audrey Castro, com vasta experiência em júri popular, e Letícia Vieira, ex-delegada de Polícia Civil, que tiveram participação fundamental na estratégia acusatória e na condução dos debates.

“Aceitei o convite para atuar no plenário para mostrar aos jurados que a visão do Ministério Público sobre os fatos era a mesma, independentemente de se tratar de um promotor ou de uma promotora de Justiça. Não

há que se falar em qualquer hipótese de misoginia — como alegado pela defesa de Monique —, de não observância do protocolo de gênero no que tange à ré, genitora da vítima. Tampouco se exigia dela qualquer conduta extraordinária, mas apenas o mínimo esperado de qualquer mãe: proteger o próprio filho e não compactuar com as torturas e agressões a que ele era submetido, culminando em sua morte”, declarou.

A sustentação do MP resultou na condenação de Jairo, conhecido como Dr. Jairinho, a 43 anos, 9 meses e 20 dias de reclusão pelos crimes de homicídio duplamente qualificado, tortura e coação no curso do processo pela morte de Henry. Monique Medeiros, por sua vez, teve a acusação de homicídio doloso desclassificada pelos jurados, e a juíza Elizabeth Machado Louro lhe concedeu perdão judicial pelo crime de homicídio culposo. Ela foi condenada a 1 ano e 4 meses de detenção em regime aberto por omissão em relação à tortura a Henry, mas a juíza declarou que a pena já havia sido cumprida pela ré ao longo do processo.

“Obtivemos a condenação por homicídio doloso contra os dois, mas numa jogada jurídica que nunca



1. Fábio Vieira em ação no julgamento;
2. Audrey Castro também participou do júri

'AMPERJ CONVIDA'
Podcast entrevistou os promotores Fábio Vieira e Audrey Castro



havia visto, a condenação da Monique se desfez. Estamos recorrendo”, disse Vieira.

A decisão judicial, especialmente o perdão concedido, se tornou objeto de intenso debate jurídico, evidenciando a complexidade do processo e as diferentes interpretações sobre a valoração das provas produzidas durante a instrução criminal. O MP recorreu, alegando irregularidade na alteração de um dos quesitos submetidos aos jurados, o que pode ter influenciado a decisão do Conselho de Sentença.

A atuação conjunta dos promotores evidenciou o trabalho coletivo em casos de elevada complexidade. A preparação envolveu anos de investigação, análise detalhada de provas técnicas e organização da estratégia processual em um julgamento acompanhado de perto pela opinião pública.

Mais do que sustentar a acusação perante o Conselho de Sentença, os promotores enfrentaram um ambiente marcado por intensa repercussão social, grande volume de informações e diferentes narrativas construídas ao longo do processo. Nesse cenário, a atuação ministerial buscou manter o foco nos elementos constantes dos autos, reafirmando o compromisso institucional com a imparcialidade, a técnica e a defesa da ordem jurídica.

“O MP se manteve intransigente na busca pelo que entendeu ser o correto”, reiterou o promotor Fábio Vieira.

Caso Henry Borel nas redes e no 'Amperj Convida'

O julgamento foi tema de posts nas redes sociais da Amperj e de dois episódios especiais do “Amperj Convida”, que recebeu Vieira e Audrey. Somados, os posts no Instagram da Amperj tiveram mais de 28 mil visualizações e 1.400 curtidas.

Nas entrevistas, disponíveis no canal do YouTube do Amperj Convida e no Spotify, os promotores compartilharam reflexões sobre a dinâmica do Júri, a responsabilidade de conduzir uma acusação baseada exclusivamente nas provas produzidas e os caminhos para preservar a serenidade técnica diante da intensa exposição pública do caso. Os episódios apresentaram aspectos pouco visíveis da preparação para um julgamento dessa magnitude e revelaram um trabalho minucioso, que antecede cada sustentação em plenário. ■



O presidente do STF, ministro Edson Fachin, ao lado do procurador-geral da República, Paulo Gonet, no julgamento de 25 de março

STF redefine política remuneratória do Ministério Público

Após a fixação da tese em março e o julgamento dos embargos de declaração em junho, CNJ e CNMP debatem a regulamentação das decisões do Supremo

por
DANIEL SCHULZE

O Supremo Tribunal Federal (STF) fixou, em tese de repercussão geral julgada em 25 de março, novos parâmetros para o regime remuneratório do Ministério Público e da Magistratura. O julgamento disciplinou as verbas indenizatórias e auxílios percebidos pelos membros das carreiras e estabeleceu que devem ser definidos por lei ordinária de caráter nacional, e não por legislação estadual ou atos administrativos locais.

Até a elaboração da lei pelo Congresso, a aplicação das normas será feita de acordo com regulamentação conjunta dos Conselhos Nacionais de Justiça (CNJ) e do Ministério Público (CNMP). Um Grupo de Trabalho com integrantes dos dois órgãos deliberou sobre a implementação dos limites impostos pelo STF sobre a remuneração das carreiras. A Amperj, a Conamp e dezenas de outras entidades associativas atuaram em diálogo com o GT ao longo do

processo, de forma permanente e articulada.

Em 9 de abril, foi aprovada a Resolução Conjunta CNJ/CNMP n.º 14/2026, dispondo sobre a padronização das parcelas indenizatórias mensais e auxílios no âmbito do MP e da Magistratura. A Conamp manifestou-se em defesa da validade da resolução, mas pontuou a necessidade de maiores esclarecimentos sobre diversos tópicos da tese fixada pelo STF, como a extensão da Parcela de Valorização por Tempo de Antiguidade na Carreira (PVTAC) aos pensionistas e os limites e critérios de incidência de determinadas gratificações.

Em estado de mobilização permanente, as associações do MP fizeram uma avaliação técnica e institucional dos efeitos da tese, em diálogo com outros atores jurídicos. Como resultado, diversas instituições e entidades, como a Procuradoria-Geral da República, a Conamp e a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), apresentaram embargos de declaração à decisão, com considerações sobre os aspectos jurídicos do julgamento e seus reflexos sobre a dignidade e as prerrogativas institucionais da carreira.

Os embargos da PGR foram parcialmente acolhidos pelo Supremo no fim de junho. O voto conjunto dos relatores — ministros Alexandre de Moraes, Cristiano Zanin, Flávio Dino e Gilmar Mendes —, acompanhado em maioria, promoveu esclarecimentos

relevantes e representou avanços em relação à tese original. Entre os destaques, estão:

- ❶ reconhecimento do direito à conversão em pecúnia de licenças-prêmio, férias e folgas de plantão adquiridas até a fixação das teses, quando não usufruídas por interesse público;
- ❷ possibilidade de coexistência da PVTAC com a VPNI/ATS regularmente adquirida sob o regime anterior, abrangendo ativos, aposentados e pensionistas;
- ❸ possibilidade de cumulação da GAJU com a GECJAO, nas hipóteses a serem definidas por ato conjunto do CNJ e do CNMP;
- ❹ possibilidade de percepção concomitante da GECJAO com a GEDP, desde que esta última tenha sido declarada até o julgamento da tese, sem prejuízo da definição de novas unidades, a partir de regulamentação dos Conselhos Nacionais;
- ❺ preservação dos pagamentos retroativos já reconhecidos administrativamente até a fixação das teses, cujo restabelecimento dependerá de regulamentação conjunta do CNMP e do CNJ, bem como de posterior chancela do STF;
- ❻ possibilidade de conversão em pecúnia de até 30 dias por ano de plantão judiciário e de custódia, quando o gozo for indeferido por absoluto interesse público.

Apesar dos avanços, alguns aspectos ainda dependem de regulamentação conjunta do CNJ e do CNMP. A expectativa é de que sejam disciplinados temas sensíveis da implementação da decisão, como a atividade jurídica para a PVTAC. Em paralelo, os conselhos preparam um levantamento dos passivos referentes às verbas reconhecidas em favor dos colegas.

A Amperj acompanha o processo de regulamentação para garantir segurança jurídica e uniformidade na implementação das decisões do STF, assegurando a efetivação dos direitos reconhecidos aos procuradores e promotores de Justiça. ■

Os embargos da PGR foram parcialmente acolhidos pelo Supremo no fim de junho e produziram esclarecimentos relevantes sobre a tese original

Processos estruturais não dispensam garantias constitucionais

Em 26 de junho, o STF, em julgamento de embargos de declaração opostos pelo Ministério Público Federal e por diversas associações constituídas para representar os interesses dos membros da magistratura e do Ministério Público brasileiros, confirmou, no âmbito dos recursos extraordinários 968.646 e 1.059.466, das Ações Diretas de Inconstitucionalidade 6.601, 6.604 e 6.606 e da Reclamação 88.319, decisão anterior proferida em março deste ano. A partir dela, a Corte Suprema, após reunir demandas que tratavam de questões remuneratórias específicas de diversas carreiras, passou a regular de forma ampla e irrestrita o sistema remuneratório no âmbito do MP e do Judiciário, alcançando, inclusive, direitos já constituídos relativos ao recebimento de parcelas indenizatórias autorizadas administrativamente.

Não há dúvidas de que o STF brasileiro tem competência para considerar indevido e inconstitucional o reconhecimento de verbas indenizatórias pagas a servidores públicos. Não se trata disso. Preocupa, entretanto, que o guardião da Constituição Federal de 1988 faça isso sem que uma única ação constitucional tenha sido ajuizada com esse propósito específico, adentrando o patrimônio dos membros dessas carreiras, os quais tiveram seus contracheques repentinamente alterados sem oportunidade de defesa.

Contra esse argumento, alegam os defensores dos atuais processos estruturais em tramitação no âmbito da Suprema Corte brasileira que todas as associações de classe tiveram a oportunidade de apresentar, na qualidade de *amici curiae*, suas impressões sobre o novo sistema remuneratório das carreiras jurídicas. Data máxima vênia, essa tese não deve impressionar. Isto porque o STF brasileiro, em linha com seus precedentes, não conferiu às associações de classe direitos próprios de parte. Não à toa, deixou de conhecer os embargos de declaração apresentados ao argumento de que amigos da corte, exatamente por não serem partes do processo, não gozariam do direito de recorrer de decisões judiciais. Com isso, centenas de teses

apresentadas pelas representantes dos membros das carreiras jurídicas nos processos aqui referidos foram simplesmente descartadas, sem que fosse possível extrair da decisão final qualquer tipo de influência dessas entidades no julgamento.

Esse entendimento, se mantido, tornará daqui para frente muito incerta a proteção dos direitos de qualquer servidor público brasileiro. Isto porque o STF, a pretexto de tratar prospectivamente de um problema estrutural, a saber, pagamentos acima do teto constitucional, admitiu que direitos já constituídos – e que, portanto, já integravam o patrimônio do servidor – fossem alcançados sem o devido processo legal, isto é, sem que esses agentes do Estado, representados por suas respectivas associações, tivessem a oportunidade de se defender como parte legítima, apresentando defesa formal e interpondo recursos, prerrogativas não asseguradas a *amici curiae* – que figuram nos processos como meros “colaboradores” do juízo.

Em suma, o STF brasileiro, ao reunir ações constitucionais que tratavam de outros assuntos com o propósito de regulamentar o sistema remuneratório de juízes e membros do MP, sinaliza à sociedade que, em processos estruturais de sua responsabilidade, direitos já constituídos e implementados poderão ser invalidados ainda que seus titulares não tenham contestado formalmente decisões que lhes foram desfavoráveis. Noutras palavras, a Corte Suprema, em nome de um protagonismo radical, passa a admitir a relativização de princípios constitucionais como o devido processo legal e o contraditório a fim de dar prevalência às consequências práticas de suas decisões. Indefesos, os titulares dos direitos afetados devem consolar-se com a ideia de serem considerados pelo STF legítimos “amigos da corte”. ■



Felipe Ribeiro

Promotor de Justiça do MPRJ e diretor financeiro da Amperj

Blafränkisch: a tinta da Europa Central

Entre Áustria e Hungria, uma uva que revela história e grande capacidade de expressão do *terroir*

por

CARLOS BERNARDO ALVES AARÃO REIS

O mundo do vinho encanta justamente por sua capacidade permanente de revelar novas uvas, regiões e tradições. Em uma viagem recente pela Europa Central, minha expectativa inicial era explorar sobretudo os brancos emblemáticos da Áustria e da Hungria — com as uvas Furmint e Grüner Veltliner. No entanto, acabei por descobrir uma excelente uva: a Blafränkisch, conhecida na Hungria como Kékfrankos e, na Alemanha, como Lemberger.

Tradicional da Europa Central, a Blafränkisch tem origem provável na região da Dalmácia, que era parte do extinto Império Austro-Húngaro, e descende da cepa Gouais Blanc, segundo estudos de DNA. O termo *Fränkisch*, usado desde a Idade Média, designava variedades consideradas superiores às do grupo *Heunisch*. A multiplicidade de nomes — Kékfrankos, Lemberger, Frankovka Modrá, Burgund Mare, entre outros — revela sua ampla circulação histórica por diferentes países europeus.

No vinhedo, é uma casta vigorosa, de brotamento precoce e maturação tardia, exigindo controle de rendimento, boa insolação e verões longos e secos. Também demanda atenção contra doenças fúngicas, como míldio e oídio. Na taça, costuma apresentar acidez elevada, taninos médios a médios (+), frutas pretas, cereja, amora, notas apimentadas e especiarias. Conforme o *terroir* e a vinificação, pode gerar desde vinhos leves, frescos e frutados até exemplares profundos, estruturados e longevos, especialmente quando amadurecidos em barricas de carvalho.

Na Áustria, é a segunda uva tinta mais plantada, atrás apenas da Zweigelt, e encontra em Burgenland suas expressões mais importantes, sobretudo nas apelações de Mittelburgenland, Neusiedlersee, Leithaberg e Eisenberg.

Na Hungria, como Kékfrankos, é uma das tintas centrais do país e participa de cortes com Merlot, Cabernet Sauvignon e outras variedades. É também a espinha dorsal do Egri Bikavér, o tradicional “Sangue de Touro de Eger”. Além de Eger, destaca-se em Kunság, Sopron, Villány e Tolna. A proximidade entre Sopron e Burgenland ilustra bem a vocação transfronteiriça da casta, reforçada por produtores que trabalham vinhedos dos dois lados da fronteira.

A variedade também está presente na Alemanha, especialmente em Württemberg, onde tende a originar vinhos mais frutados e menos encorpados; na Eslováquia, como Frankovka Modrá; e ainda na Croácia, Romênia, Itália, Bulgária, República Tcheca e Sérvia. Fora da Europa, há plantios pontuais no



Kirchknopf é uma das jóias da vinicultura austríaca

Canadá e nos Estados Unidos, geralmente com menor expressão comercial.

Sua relevância vai além dos vinhos que produz: a Blafränkisch é genitora de variedades como Zweigelt, Acolon, Cabernet Mito e Cabernet Cubin. Recentemente, produtores de vários países formaram a iniciativa “United Nations of Blafränkisch”, celebrando a cepa como elo cultural entre regiões da Europa Central.

Uma nova e especial descoberta! Zum Wohl! Egészségedre!! ■



Carlos Bernardo Alves Aarão Reis

Promotor de Justiça

cbthewinehunter.com.br

@carlosreis74

WSET Level 3 (Advanced)

French Wine Scholar (WSG)

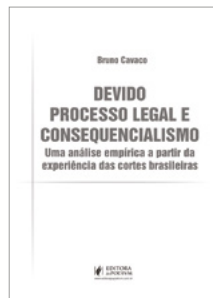
Spanish Wine Scholar (WSG)

Certified Port Educator (IVDP - Instituto dos Vinhos do Porto e do Douro)

Na pra te lei ra

Conheça os últimos lançamentos de livros da área jurídica

por
JOÃO MARCOS FIGUEIREDO



“Devido Processo Legal e Consequencialismo: Uma análise empírica a partir da experiência das cortes brasileiras”

Bruno Cavaco examina a aplicação do devido processo legal à luz do consequencialismo, a partir de uma análise empírica da atuação dos tribunais do país. O livro busca identificar os limites e as potencialidades dessa abordagem decisória, articulando fundamentos teóricos e impactos concretos das decisões judiciais. **Editora:** JusPodivm



“Responsabilidade Civil e Novas Tecnologias”

Em sua terceira edição, o livro coordenado por Guilherme Magalhães Martins e Nelson Rosenvald, com organização de José Luiz de Moura Faleiros Júnior, analisa os desafios impostos pelos avanços tecnológicos aos modelos tradicionais de responsabilização civil. A obra discute automação, transformação digital e a necessidade de adaptação do Direito diante de danos que se propagam rapidamente e em larga escala. **Editora:** Foco



“Vulnerabilidade, Inclusão e Hiperconectividade: Anais do XVII Congresso Brasileiro de Direito do Consumidor”

Coordenado por Guilherme Magalhães Martins, Claudia Lima Marques, Amélia Soares da Rocha e Fernando Rodrigues Martins, o trabalho reúne as principais teses do Congresso Brasileiro de Direito do Consumidor de 2024. Aborda inteligência artificial, fraudes bancárias, apostas online, publicidade infantil e superendividamento. **Editora:** Foco



“Princípios Institucionais do Ministério Público”

Carlos Roberto de Castro Jatahy apresenta uma visão abrangente dos fundamentos que estruturam o MP brasileiro. Combinando perspectiva histórica, teoria geral e prática institucional, o livro oferece uma análise sistematizada dos princípios e das funções constitucionais do parquet no Estado Democrático de Direito. **Editora:** Freitas Bastos



“Gestão Temerária de Instituição Financeira”

Na segunda edição do livro, o advogado criminalista Rodrigo Falk Fragoso apresenta uma análise aprofundada e atual sobre o crime de gestão temerária, previsto na legislação brasileira, enfrentando com rigor técnico um dos temas mais complexos do Direito Penal Econômico contemporâneo. A obra é fruto de sua tese de doutorado na USP. **Editora:** Revista dos Tribunais/Thomson Reuters

Proteção que cabe no bolso.

JustVida Essencial

Um seguro de vida desenvolvido para oferecer **proteção** com contratação simples, **preço acessível** e coberturas essenciais para proteger quem mais importa.



COBERTURAS QUE FAZEM A DIFERENÇA



MORTE NATURAL

Garante apoio financeiro à família em momentos difíceis.



MORTE ACIDENTAL

Indenização em dobro para maior tranquilidade e proteção.



INVALIDEZ PERMANENTE POR ACIDENTE (IPA)

Indenização em caso de invalidez permanente total ou parcial por acidente.



ASSISTÊNCIAS ESSENCIAIS

Serviços que oferecem praticidade e apoio no seu dia a dia.



Contratação
simples
e rápida



Preços acessíveis
que cabem
no seu bolso



Aceitação
facilitada*



Proteção para
toda a família



A segurança
e a solidez da
Alper Seguros

*Condições de aceitação sujeitas às regras de contratação do produto.



PARA MAIS INFORMAÇÕES,
ENTRE EM CONTATO:

4003-6523 | 4003-3272



JustVida Essencial.
Proteção hoje para
um amanhã tranquilo.

Você construiu mais do que **patrimônio**. Você construiu **história**.

**Agora, é hora de proteger
isso com inteligência.**

• Na Portfel, temos orgulho de acompanhar de perto a vida financeira de milhares de famílias brasileiras, com um trabalho focado em:



**Blindagem
patrimonial**



**Planejamento
sucessório e tributário**



**Diversificação
no Brasil
e no exterior**



**SCANEIE O QR CODE
E VEJA MAIS.**

*Condições especiais para membros da AMPERJ. Para mais informações, entre em contato.